

LD Celulose S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>

## **Relatório da Administração**

A LD Celulose S.A. é uma joint venture entre a austríaca Lenzing Aktiengesellschaft e a brasileira Duratex S.A, com participação de 51% e 49% respectivamente.

O Grupo Lenzing, com sede na Áustria, é líder mundial na produção de fibras de celulose. Mantém operações em 17 localidades e emprega mais de 6.800 pessoas no mundo todo. Possui 2 unidades de celulose solúvel e sua capacidade de produção total é de 600 mil toneladas/ano. Com 7 fábricas para produção de fibras, com diversas aplicações, tem capacidade total de produção de 1 milhão de toneladas.

A Duratex S.A. é uma empresa brasileira de capital aberto e público, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A - e Companhia Ligna de Investimentos. Com as marcas Deca, Hydra, Duratex, Durafloor, Ceusa e Portinari, é considerada uma das 10 maiores empresas do mundo nos setores em que atua e a maior produtora de painéis e pisos de madeira industrializados, louças sanitárias e acessórios de metal da Hemisfério Sul, além de ser um dos maiores produtores de ladrilhos cerâmicos do Brasil.

A Companhia foi formada para a construção de uma das maiores fábricas de celulose solúvel do mundo. Com investimento de US\$ 1,3 bilhão, a planta está sendo erguida no Triângulo Mineiro, nos Municípios de Indianópolis e Araguari. Quando começar a operar, em 2022, a capacidade produtiva será de 500 mil toneladas de celulose solúvel por ano. Toda a celulose solúvel terá como destino o mercado externo onde será transformada para a utilização em fios e tecidos para roupas, além de outras aplicações, como lenços umedecidos, máscaras faciais e produtos de higiene. Além da fábrica de celulose solúvel, a LD Celulose contará com uma usina de cogeração de energia elétrica com capacidade de 144 megawatts. A usina de cogeração estará entre as mais produtivas e as de maior eficiência energética do mundo, direcionando 40 por cento do excesso da bioeletricidade gerada no local para abastecer a rede pública com energia verde.

Como parte do projeto, a LD Celulose também possui uma operação florestal, no qual planta e faz o manejo de florestas de eucalipto que se destinarão ao abastecimento da planta de produção de celulose.

### **Cenário**

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19 e seus efeitos na economia local e mundial. A LD Celulose desde o início da pandemia, tomou ações para proteger seus colaboradores e a continuidade das operações, criando o Comitê de Crise. O Comitê, liderado pela Diretoria da Companhia, implementou as ações necessárias para garantir a segurança dos colaboradores e prestadores de serviços para que a construção da fábrica e sua operação florestal não sofresse impactos relevantes em relação ao cronograma planejado.

Como principais ações do Comitê, foram estabelecidos a prática de home office (trabalho remoto) para as áreas administrativas, o reforço na higienização e assepsia no canteiro de obras e escritório administrativos, medição de temperatura nas portarias e acompanhamento diário dos casos confirmados, com o intuito de monitorar os níveis de infecção, tomar ações para contenção da propagação bem como de apoio aos trabalhadores atingidos.

Com relação às comunidades, em março de 2020 a Companhia lançou uma parceria com o SENAI Araguari oferecendo vagas para cursos de formação em operação de celulose, elétrica, instrumentação e automação e mecânica industrial, voltados aos moradores do entorno da fábrica. Em maio de 2020 foram entregues doações de EPIs nos municípios de Indianópolis, Romaria, Estrela do Sul, Nova Ponte e Uberlândia, para auxílio no enfrentamento do Covid-19. Além disso, foram doados para a Santa Casa de Araguari equipamentos hospitalares fundamentais para o funcionamento dos leitos. O montante doado foi de aproximadamente R\$ 0,5 milhão. Adicionalmente em outubro de 2020, a LD Celulose realizou a doação de 57.000 máscaras descartáveis para municípios do Triângulo Mineiro.

### **Projeto Amadeus**

A LD Celulose denominou o projeto de construção de sua planta de celulose como Projeto Amadeus. O projeto foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019.

O Brasil é um dos países produtores de celulose mais competitivos do mundo devido, sobretudo, à disponibilidade de terras de alta qualidade, ao solo e condições climáticas favoráveis e à alta produtividade florestal.

O investimento em questão ajudará a fortalecer a competitividade da indústria de celulose no Brasil e apoiará a criação de empregos.

Além disso, a usina de cogeração da LD Celulose contribuirá para o aumento da participação de biocombustíveis sustentáveis e energia renovável na matriz energética brasileira, melhorando a sua diversificação e contribuindo para o esforço local de mitigar as mudanças climáticas.

Em dezembro de 2020 o avanço físico do projeto foi de 48% estando em linha em relação ao cronograma estabelecido. Na perspectiva financeira, a estimativa de custo para a conclusão da planta está de acordo com o orçamento original de US\$1,3 bilhão. Em dezembro de 2020 o projeto atingiu uma mobilização de mais de 4.500 trabalhadores, cerca de 6,0 milhões de horas trabalhadas e apenas 3 acidentes reportados. A previsão é que no pico das obras sejam gerados mais de 6 mil empregos diretos, impulsionando o desenvolvimento social e econômico de toda a região.

Apesar dos desafios trazidos pela pandemia da COVID 19, o start-up da planta de celulose está previsto para março de 2022.

### **Financiamento do projeto**

Os recursos para a execução do projeto estão divididos em capital dos acionistas de 37%, dos quais 80% já foram integralizados em 2020, e financiamento de terceiros de 63% (a serem desembolsados de acordo com a necessidade do projeto).

Em junho de 2020, a LD Celulose captou junto ao IFC e IDB e a agência de crédito Finnvera, um financiamento de US\$1,1 bilhão. Esse pacote é composto por três partes: (i) um pacote de financiamento de US\$ 500 milhões liderado pelo IFC; (ii) um financiamento de US\$ 500 milhões liderado pelo IDB Invest; e (iii) um empréstimo "door to door" de US\$ 147 milhões, de instituições financeiras apoiadas pela agência finlandesa de crédito à exportação Finnvera.

Em 2020, esse financiamento conquistou duas nomeações no prêmio "Project & Infrastructure Finance Awards" da LatinFinance, que anualmente seleciona os melhores investimentos em infraestrutura da América Latina e Caribe. Estes prêmios garantem à LD Celulose reconhecimento internacional e que seu projeto caracteriza-se pela excelência e comprometimento com questões sociais, ambientais e de sustentabilidade.

**Gestão de pessoas**

A LD Celulose terminou o ano de 2020 apresentando um quadro de 448 colaboradores, bem acima do número de 33 colaboradores apresentado em 2019. Essa evolução está aderente ao seu plano de contratações e treinamento para início de operações em março de 2022.

**Auditores Independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a LD Celulose S.A. informa que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não contratou serviços adicionais além da auditoria das suas demonstrações financeiras.

**Agradecimentos**

Agradecemos o apoio recebido dos acionistas, a dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria com todos os nossos fornecedores.



KPMG Auditores Independentes  
Av. dos Municípios, 146, SI-03  
1º andar - Tabajaras  
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil  
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil  
Telefone +55 (34) 3303-5400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da**  
**LD Celulose S.A.**  
Indianópolis - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LD Celulose S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LD Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à LD Celulose S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

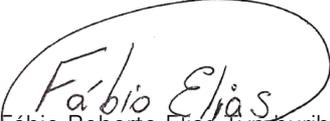
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 24 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC MG-008266/F-9



Fábio Roberto Elias Tymburibá  
Contador CRC 1SP214859/O-2

## LD Celulose S.A.

### Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019
		(Não Auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa	8	691.239	2.833
Contas a receber de clientes		2.994	-
Estoques		2.629	-
Tributos a recuperar	9	1.889	3.866
Instrumentos financeiros derivativos	24	4.812	-
Outros créditos	10	24.410	2.506
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>727.973</b>	<b>9.205</b>
Tributos a recuperar	9	64.882	-
Outros créditos	10	1.362	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	2.965	-
Ativo biológico	13	537.714	-
Imobilizado	11	2.486.012	96.577
Intangível		5.907	4.152
Ativo de direito de uso	12	247.168	706
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.346.010</b>	<b>101.435</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.073.983</b>	<b>110.640</b>

Passivos	Nota	2020	2019
		(Não Auditado)	
Fornecedores	14	93.818	3.967
S: Salários, férias e encargos sociais		6.740	1.514
Instrumentos financeiros derivativos	24	258.587	-
Outras contas a pagar	15	24.016	3.207
Empréstimos e financiamentos	16	2.015	-
Passivo de arrendamento	12	7.679	692
Impostos e contribuições a recolher		4.384	630
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>397.239</b>	<b>10.010</b>
Empréstimos e financiamentos	16	1.515.769	-
Mútuos com partes relacionadas	16	136.055	113.839
Instrumentos financeiros derivativos	24	37.907	-
Passivo fiscal diferido	17	35.010	-
Passivo de arrendamento	12	216.042	53
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.940.783</b>	<b>113.892</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	19		
Capital social		2.077.920	6.762
Ajustes acumulados de conversão		172.353	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(365.039)	-
Lucros acumulados		(149.273)	20.024
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.735.961</b>	<b>(13.262)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.073.983</b>	<b>110.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## LD Celulose S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019 ( Nao Auditado)
Receita operacional líquida	20	37.485	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21	(50.236)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>(12.751)</b>	<b>-</b>
Despesas administrativas e gerais	21	(50.448)	(17.070)
Outras receitas/despesas operacionais	22	26.717	(4)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(36.482)</b>	<b>(17.074)</b>
Receitas financeiras	23	77.724	67
Despesas financeiras	23	(134.306)	(581)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(56.582)</b>	<b>(514)</b>
<b>Prejuízo antes do impostos</b>		<b>(93.064)</b>	<b>(17.588)</b>
Imposto de renda e contribuição social		(36.186)	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(129.250)</b>	<b>(17.588)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **LD Celulose S.A.**

### **Demonstração do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2020</b>	<b>2019</b> <b>( Nao Auditado)</b>
Prejuízo do exercício	(129.250)	(17.588)
Resultado não realizado das operações de hedge de fluxo de caixa	(365.039)	-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	<u>172.353</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>(321.936)</u></u></b>	<b><u><u>(17.588)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## LD Celulose S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019 ( Não auditado)</b>		<b>6.762</b>	-	-	<b>(2.436)</b>	<b>4.326</b>
Resultado não realizado das operações de hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(17.588)	(17.588)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)</b>		<b>6.762</b>	-	-	<b>(20.024)</b>	<b>(13.262)</b>
Integralização de capital	19 a.	2.071.158	-	-	-	2.071.158
Resultado não realizado das operações de hedge de fluxo de caixa	24 n.	-	(365.039)	-	-	(365.039)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	19 b.	-	-	172.353	-	172.353
Prejuízo do exercício		-	-	-	(129.250)	(129.249)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>2.077.920</b>	<b>(365.039)</b>	<b>172.353</b>	<b>(149.274)</b>	<b>1.735.961</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# LD Celulose S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
		(Nao Auditado)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>Nota (129.250)</b>	<b>(17.588)</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	11.488	360
Juros provisionados sobre arrendamento mercantil	29.572	-
Juros provisionados sobre empréstimos e mútuos	16 9.939	-
Variação cambial não realizada	1.391	-
Atualização do valor justo dos ativos biológicos	13 (21.873)	-
<b>Variações em:</b>		
Contas a receber de clientes	(2.918)	-
Estoques	(2.352)	-
Impostos a recuperar	(63.329)	(3.833)
Outras contas a receber	(18.960)	(2.422)
Fornecedores	90.359	3.650
Impostos e contribuições a recolher	3.814	97
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.290	-
Adiantamentos de clientes	-	-
Salários e benefícios	4.834	1.464
Pagamento de contingências	-	-
Outras contas a pagar	20.810	1.796
	-	-
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(30.185)</b>	<b>(16.476)</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e arrendamentos	(34.972)	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(65.157)</b>	<b>(16.476)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	11 (2.182.704)	(91.973)
Venda de ativo imobilizado	430	-
Aquisição de ativo intangível	(1.508)	-
Adições de ativo biológico	13 (58.322)	-
Venda de ativos biológicos	13 34.169	-
	-	-
<b>Fluxos de caixa usado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.207.935)</b>	<b>(91.973)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de financiamentos e empréstimos	16 (141.363)	-
Pagamento de arrendamentos	(3.629)	-
Captação de empréstimos	16 1.515.769	-
Captação de mútuo	16 163.000	108.327
Arrendamentos	-	745
Aportes de capital	19 1.584.927	-
<b>Fluxos de caixa decorrentes das (usado nas) atividades de financiamento</b>	<b>3.118.704</b>	<b>109.072</b>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>845.612</b>	<b>623</b>
Efeitos de variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	(157.206)	-
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>688.406</b>	<b>623</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.833	2.210
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	691.239	2.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A LD Celulose S.A. (“Companhia”) tem sua sede, foro e domicílio no município de Indianópolis/MG, na estrada BR 365, KM 574, CEP 38.490-000. A Companhia é resultado da parceria entre Lenzing Aktiengesellschaft (“Lenzing”) e a Duratex S.A. (“Duratex”) e tem como objeto social a participação no capital de outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; a fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel; a extração de madeira e o cultivo de eucalipto e pinus; e atividade de geração de energia em regime de produção independente/auto produção.

Atualmente a Companhia está em fase pré-operacional e está construindo uma planta fabril em Indianópolis, Minas Gerais, a qual tem previsão de conclusão no 1º semestre de 2022. A fábrica será responsável pela produção de Celulose Solúvel, com a finalidade de exportação. Durante o ano de 2020, a Companhia recebeu aportes de capital de seus acionistas no montante de R\$2.077.920, sendo R\$1.059.740 da Lenzing e R\$1.018.180 da Duratex. Parte do valor aportado pela Duratex foi por meio de ativos biológicos, máquinas e equipamentos e veículos, no montante de R\$ 496.525.

A Companhia captou recursos através de financiamentos de longo prazo junto aos bancos internacionais IFC – International Finance Corporation, IDB – Inter-American Investment Corporation e Finnvera no montante total de até US\$ 1.147.000, aprovado em 29 de maio de 2020. Os recursos obtidos serão utilizados para financiar a construção da fábrica de celulose solúvel.

O surto da pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas por governos em países em todo o mundo, para mitigar a propagação da pandemia, não impactaram significativamente a Companhia. A construção da fábrica de celulose seguiu o cronograma esperado, apesar das medidas restritivas. Adicionalmente a Companhia captou em 2020 empréstimos de longo prazo para manutenção das obras e não se fez necessária nenhuma renegociação com seus credores. Até o momento não foi identificado e não se espera impactos relevantes à Companhia em decorrência da pandemia.

A Companhia está em fase pré-operacional e possui suporte financeiro das sócias Lenzing e Duratex em caso de eventual aporte financeiro adicional, até que a Companhia entre em operação.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria responsável em 10 de abril de 2021.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão sendo apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

### **a. Moeda funcional**

A Companhia possui moeda funcional dólar americano, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 2 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

A Administração, após análise das operações e negócios da Companhia, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar (“US\$” ou “dólar”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de venda de produtos;
- Suas exportações serão realizadas em Dólar;
- Moeda que influencia fatores os custos de fretes marítimos , matérias-primas e outros custos para o fornecimento de bens;
- Moeda por meio da qual são originados os recursos das atividades de financiamento; e
- Moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais serão usualmente acumulados.

Os valores em reais apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia foram mensurados utilizando-se a moeda funcional dólar, que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como é, de fato, administrada.

**b. Moeda de apresentação**

Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do exercício;
- Contas do resultado, do resultado abrangente, e da demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada “Ajustes acumulados de conversão”.

**4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 17** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros (valor justo).

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que é mensurado a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;

## **6 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas são aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário nessa mesma nota explicativa.

### **a. Moeda estrangeira**

#### **(i) *Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

- No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

### **b. Instrumentos financeiros**

#### **(i) *Reconhecimento e mensuração inicial***

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

*Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA :** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e passivos pelo custo amortizado.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

*Hedges de fluxo de caixa*

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

**c. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por reservas florestais e são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / despesas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	20 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Controle ambiental	5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2,25 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A depreciação ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

**e. Ativo intangível**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**f. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**g. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**h. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

**i. Receita operacional**

**(i) Venda de produtos**

A receita de vendas é reconhecida no resultado em função de sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A conclusão da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre mediante a entrega das mercadorias ao comprador.

**j. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, variação cambial ativa, acréscimos moratórios incidentes sobre serviços prestados, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas como juros, variação cambial passiva e perdas com operações financeiras com derivativos, que estão reconhecidos no resultado.

**k. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais, base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**l. Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis a construção da fábrica de celulose são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**m. Mensuração de valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**n. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**o. CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação, se exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**(ii) *Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador***

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui nenhum contrato no qual seja arrendadora.

## 7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência- Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11, CPC 06):
  - Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem R\$ 1.517.784 mil em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do IBOR. A Companhia espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.
  - Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem hedges de fluxo de caixa do risco LIBOR. A Companhia espera que a indexação dos itens objeto de hedge e instrumentos de hedge à LIBOR seja substituída pela SONIA em 2021. Sempre que ocorrer a substituição, A Companhia espera aplicar as alterações à norma relacionadas à contabilidade de hedge. No entanto, há incerteza sobre quando e como a substituição pode ocorrer. Quando a alteração ocorre no item objeto de hedge ou no instrumento de hedge, a Companhia irá remensurar a alteração acumulada no valor justo do item objeto de hedge ou no valor justo do swap de taxa de juros, respectivamente, com base na SONIA. As relações de hedge podem sofrer ineficácia de hedge se houver diferença de momento ou outro descasamento entre a transição do item objeto de hedge e do instrumento de hedge para a SONIA. A Companhia não espera que os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa sejam reclassificados imediatamente para o resultado devido à transição do IBOR.
- Concessões de aluguel relacionadas a COVID-19 (alterações ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. (alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

	2020	2019 (Não auditado)
Caixa e bancos	3.001	240
Aplicações financeiras	688.238	2.593
	<u>691.239</u>	<u>2.833</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas a taxas médias de 90% a 99% do CDI em 2020 e 2019.

## 9 Tributos a recuperar

	<b>2020</b>	<b>2019</b> <b>(Não auditado)</b>
<b>Circulante</b>		
COFINS a compensar	218	3.142
PIS a compensar	47	682
ICMS	343	-
INSS	367	-
CSLL a recuperar de anos anteriores	73	-
IRPJ a recuperar de anos anteriores	13	28
IRRF sobre operações financeiras	821	-
Outros	7	14
	<u>1.889</u>	<u>3.866</u>
<b>Não circulante</b>		
COFINS a compensar (i)	52.852	-
PIS a compensar (i)	11.476	-
ICMS	554	-
	<u>64.882</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>66.771</u>	<u>3.866</u>

- (i) Créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados, os quais serão futuramente utilizados para compensação de impostos federais. A Companhia estima que após o início da operação em 2022 esses tributos sejam recuperados, uma vez que, de acordo com a legislação esses créditos podem ser compensados com qualquer tributo federal.

## 10 Outros créditos

	<b>2020</b>	<b>2019</b> <b>(Não auditado)</b>
<b>Circulante</b>		
Despesas antecipadas (i)	19.112	2.506
Seguros a receber	5.019	-
Adiantamentos a fornecedores	176	-
Adiantamentos a funcionários	103	-
	<u>24.410</u>	<u>2.506</u>
<b>Não circulante</b>		
Adiantamentos a fornecedores	1.362	-
	<u>1.362</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>25.772</u>	<u>2.506</u>

- (i) Referem-se basicamente a gastos com seguros florestais, de maquinários, veículos, de engenharia de obras e lucros cessantes.

## 11 Imobilizado

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido (Não auditado)
Terrenos	3.114	-	3.114	-
Edifícios	2.407	(173)	2.234	-
Máquinas e equipamentos	7.967	(969)	6.998	-
Controle ambiental	26	(10)	16	-
Equipamentos e processamento de dados	4.701	(1.280)	3.421	1.437
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	-	170
Móveis e utensílios	947	(152)	795	508
Veículos	8.963	(640)	8.323	311
Projetos em andamento	1.043.246	-	1.043.246	77.935
Adiantamento para compra de imobilizado	1.417.865	-	1.417.865	16.216
	<b>2.489.236</b>	<b>(3.224)</b>	<b>2.486.012</b>	<b>96.577</b>

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado é como segue:

	Saldo líquido em 31/12/2019		Efeito de				Saldo líquido em 31/12/2020	
	Não auditado	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	conversão	Não auditado	
Terrenos	-	2.557	-	-	-	557	3.114	
Edifícios	-	2.002	-	-	(144)	376	2.234	
Máquinas e equipamentos	-	4.512	(148)	3.553	(864)	(55)	6.998	
Controle ambiental	-	21	-	-	(8)	3	16	
Equipamentos e processamento de dados	1.437	2.136	-	-	(824)	672	3.421	
Benfeitorias em propriedades de terceiros	170	4	(174)	-	-	-	-	
Móveis e utensílios	508	466	(250)	-	(85)	156	795	
Veículos	311	11.365	(151)	(3.553)	(516)	867	8.323	
Projetos em andamento	77.935	320.617	(6)	439.981	-	204.719	1.043.246	
Adiantamento para compra de imobilizado	16.216	1.839.024	-	(439.981)	-	2.606	1.417.865	
	<b>96.577</b>	<b>2.182.704</b>	<b>(729)</b>	<b>-</b>	<b>(2.441)</b>	<b>209.901</b>	<b>2.486.012</b>	

	Saldo líquido 31/12/2018		Efeito de				Saldo líquido 31/12/2019	
	Não auditado	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Não auditado		
Máquinas e equipamentos	286	6	-	(292)	-	-	-	
Equipamentos de processamento de dados	213	1.102	-	309	(186)	1.438		
Móveis e utensílios	269	273	-	-	(34)	508		
Sistema de segurança	5	12	-	(17)	-	-		
Veículos	-	340	-	-	(31)	310		
Benfeitoria em propriedades de terceiros	181	84	-	-	(95)	170		
Projetos em andamento	8.794	85.358	-	-	-	94.151		
	<b>9.748</b>	<b>87.175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(346)</b>	<b>96.577</b>		

A movimentação dos saldos de depreciação é como segue:

Movimentação depreciação	Depreciação 31/12/2019			Efeito conversão	Depreciação 31/12/2020
	Não auditado	Adição	Baixa		
Edifícios	-	(144)	-	(29)	(173)
Máquinas e equipamentos	-	(864)	-	(105)	(969)
Controle ambiental	-	(8)	-	(2)	(10)
Equipamentos e processamento de dados	(186)	(846)	22	(270)	(1.280)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(95)	-	95	-	-
Móveis e utensílios	(34)	(91)	6	(33)	(152)
Veículos	(31)	(516)	-	(93)	(640)
Projetos em andamento	-	-	-	-	-
Adiantamento para compra de imobilizado	-	-	-	-	-
	<b>(346)</b>	<b>(2.469)</b>	<b>123</b>	<b>(532)</b>	<b>(3.224)</b>

Movimentação depreciação	Depreciação 31/12/2018			Efeito conversão	Depreciação 31/12/2019 (Não auditado)
	Não auditado	Adição	Baixa		
Terrenos	-	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Controle ambiental	-	-	-	-	-
Equipamentos e processamento de dados	-	(186)	-	-	(186)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	(95)	-	-	(95)
Móveis e utensílios	-	(34)	-	-	(34)
Veículos	-	(31)	-	-	(31)
Projetos em andamento	-	-	-	-	-
Adiantamento para compra de imobilizado	-	-	-	-	-
	-	<b>(346)</b>	-	-	<b>(346)</b>

A vida útil econômica vigente de cada categoria de ativo em cada exercício está apresentada na nota explicativa nº 6(c).

**a. Bens oferecidos em garantia**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía maquinários agrícolas e veículos de grande porte, no montante de R\$13.331, dados como garantia nas operações de empréstimos com os bancos IDB Invest, IFC International Finance Corporation e Finnvera.

**b. Custos capitalizados**

O montante dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 12.593. Para determinar os custos de empréstimos passíveis de capitalização, ponderou-se o percentual de desembolso de cada ano e a proporção entre o tempo e o valor de cada linha de empréstimo.

Além dos custos de empréstimos, foram capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 um montante de R\$ 7.617 referente a mão de obra utilizada na construção da planta fabril.

**c. Provisão para redução ao valor recuperável**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam indicadores de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

A Administração não identificou indicadores de que os custos de seus ativos imobilizados estejam registrados por valores superiores aos seus valores de recuperação.

## 12 Arrendamentos

**a. Ativo de direito de uso**

	2020			2019
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido (Não auditado)
Usufruto de terras	254.343	(7.831)	246.512	-
Imóveis	1.857	(1.201)	656	706
	<b>256.200</b>	<b>(9.032)</b>	<b>247.168</b>	<b>706</b>

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Não auditado)</b>	<b>1.515</b>
Depreciação	(809)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)</b>	<b>706</b>
Novos contratos (i)	211.044
Remensuração	12.322
Depreciação	(7.507)
Baixa	(98)
Efeito de conversão	30.701
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>247.168</b>

- (i) Em fevereiro de 2020 a Companhia celebrou um contrato de usufruto de terras com a LD Florestal, para o qual identificou que existe um componente de arrendamento, de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2) Arrendamentos. Em decorrência desse contrato de usufruto a Companhia reconheceu em seu balanço um direito de uso e um passivo de arrendamento em atendimento aos requerimentos da norma.

**b. Passivo de arrendamento**

Natureza dos contratos	2020		2019
	Taxa média de desconto % a.a	Vencimento final	(Não auditado)
			Valor presente do passivo
Usufruto de terras – LD Florestal	13,29%	Janeiro de 2050	745
			<b>745</b>
			<b>223.721</b>

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Não auditado)</b>	-
Novos contratos	1.840
Pagamento de principal	(888)
Pagamento de juros	(207)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)</b>	<b>745</b>
Novos contratos (i)	211.044
Remensuração	12.322
Apropriação de juros (ii)	29.572
Baixa	(98)
Pagamento de principal	(3.629)
Pagamento de juros	(27.101)
Varição Cambial	866
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>223.721</b>

- (i) Os montantes de R\$ 29.572 referentes a juros de arrendamentos de terras são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos, uma vez que os custos de arrendamento fazem parte do custo de formação dos ativos biológicos.

**13 Ativo biológico**

	2020	2019
		(Não auditado)
Reservas florestais	537.714	-
	<b>537.714</b>	<b>-</b>

A movimentação do ativo biológico é como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	-
Aquisição de reservas florestais	486.231
Vendas	(28.948)
Custo capitalizado – Nota Explicativa 20	58.322
Ajuste a valor justo – Reservas florestais	21.873
Baixa de valor justo – venda de madeira	(5.221)
Efeito de conversão	5.457
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>537.714</b>

Em 31 de dezembro de 2020 o plantio de árvores abrangia aproximadamente 40.892 hectares de plantações de Eucalipto e Pinus, que inclui desde plantações recentes quanto plantações de até 12 anos. Na avaliação da empresa as árvores com menos de um ano foram consideradas imaturas e permaneceram avaliadas ao custo histórico de formação totalizando R\$15.182.

As florestas foram adquiridas por meio de aporte de capital realizado pela Duratex S.A. e as fazendas estão localizadas no estado de Minas Gerais.

## 14 Fornecedores

	2020	2019 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	91.885	3.967
Fornecedores estrangeiros	1.424	-
Fornecedores diversos	509	-
	<u>93.818</u>	<u>3.967</u>

## 15 Outras contas a pagar

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Serviços prestados - partes relacionadas (i)	18	22.380	-
Outros		1.636	3.207
		<u>24.016</u>	<u>3.207</u>

(i) Refere-se a reembolso de valores de serviços de engenharia e TI prestados pela Lenzing.

## 16 Empréstimos e mútuos

	Nota	Taxa de juros	Vencimento	2020	2019 (Não auditado)
<b>Não circulante</b>					
IDB Invest (i)		2,48% a 2,78% a.a + Libor	Junho/2031	677.686	-
IFC (ii)		2,48% a 2,78% a.a + Libor	Junho/2031	661.340	-
Finnvera (iii)		3,24% a.a	Junho/2033	178.758	-
LD Florestal S.A (mútuo) (iv)	17	100% do CDI	Dezembro/2023	136.055	113.839
				<u>1.653.839</u>	<u>113.839</u>

(i) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto ao banco internacional IDB – Inter-American Investment Corporation, no montante US\$500.000, segregados em *Loan A* (US\$250.000) e *Loan B* (US\$250.000). O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$46.000 (R\$ 258.745) foi recebida em 28 de setembro de 2020. O total recebido em 2020 foi de US\$142.000.000 (R\$ 777.757). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2031 para o *Loan A* e 15 de junho de 2029 para *Loan B* e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.

- (ii) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto ao banco internacional IFC – International Finance Corporation, no montante de US\$500.000, segregados em *Loan A* (US\$250.000) e *Loan B* (US\$250.000). O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$46.000 (R\$ 258.745) foi recebida em 28 de setembro de 2020. O total recebido em 2020 foi de US\$142.000 (R\$777.757). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2031 para o *Loan A* e 15 de junho de 2029 para *Loan B* e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.
- (iii) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto a agência de crédito à exportação Finnvera e mais sete bancos, no montante de US\$ 147.000. O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$40.661 (R\$227.492) foi recebida em 21 de outubro de 2020. O total recebido em 2020 foi de US\$40.883 (R\$228.625). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2033 e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.
- (iv) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. O IOF decorrente da operação deste empréstimo vem sendo calculado e recolhido conforme determina a legislação vigente. Em 28 de outubro de 2019 foi celebrado o 1º aditamento ao contrato de mútuo, aumentando o limite do valor de R\$ 58.468 para R\$177.452.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>2020</b>
2021	2.015
2022	112.551
2023	361.157
2024	225.102
Acima de 2025	953.014
	<b>1.653.839</b>
	<b>2019</b>
	<b>(Não auditado)</b>
2021	-
2022	-
2023	113.839
	<b>113.839</b>

A Companhia mantém em seus financiamentos e empréstimos, garantias usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

### **Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa**

<b>Em milhares de Reais</b>	<b>Empréstimos</b>
Saldo em 1º de janeiro 2020	-
Captação de Empréstimos	1.688.322
Custos iniciais de transação	(172.553)
Provisão de Juros	7.249
Pagamento de juros	(5.234)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.517.784</b>

	<b>Mútuos</b>
<b>Em milhares de Reais</b>	
Saldo em 1º de janeiro 2019	5.512
Pagamentos de empréstimos	-
Pagamento de juros	-
Provisão de juros	1.883
Captação de empréstimo	106.444
Variação cambial	-
	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)</b>	<b>113.839</b>

	<b>Mútuos</b>
<b>Em milhares de Reais</b>	
Saldo em 1º de janeiro 2020	113.839
Pagamentos de Mútuo	(141.363)
Captação de Mútuo	163.000
Provisão de Juros	2.690
Pagamento de juros	(2.637)
Variação cambial	526
	526
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>136.055</b>

## 17 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

### a. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é apresentada a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019 (Não auditado)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(93.063)	(17.588)
<b>Adições permanentes:</b>		
Baixa do valor justo na venda de ativos biológicos	5.221	-
Despesas indedutíveis	1.818	1.308
Bônus pagos	654	-
Outras adições permanentes	360	146
<b>Adições temporárias:</b>		
Amortização do Direito de uso (usufruto de terras)	7.507	809
Provisões	-	1.569
Outras adições temporárias	-	116
<b>Exclusões permanentes:</b>		
Arrendamentos (usufruto de terras)	(433)	-
<b>Exclusões temporárias:</b>		
Ajuste no valor justo de ativos biológicos	(24.583)	-
Outras provisões	(2.983)	-
Outras exclusões temporárias	-	(442)

	<b>2020</b>	<b>2019</b> <b>(Não auditado)</b>
<b>Efeito de conversão do resultado</b>	71.210	-
Base fiscal do imposto de renda e contribuição social	<b>(34.292)</b>	<b>(14.080)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes pela alíquota fiscal combinada de 34%	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b>	<b>(36.186)</b>	-
Alíquota efetiva	(106%)	-%

**b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos**

Em função da base tributária dos ativos e passivos ser mantida em Real por seu valor histórico e a base contábil em dólar (moeda funcional), as flutuações na taxa de câmbio impactam a base tributária e as consequentes despesas/receitas de imposto diferido são registradas no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>2020</b>	<b>2019</b> <b>(Não auditado)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre: Prejuízo fiscal	15.004	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre: Efeito da moeda funcional sobre ativo imobilizado e ativo biológico	(42.042)	-
Arrendamentos (usufruto de terras) (diferença temporária)	(7.972)	-
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(35.010)</b>	-
Efeito da conversão do resultado	(1.176)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido – Resultado	<b>(36.186)</b>	-

Em razão da Companhia estar em fase pré-operacional, não é possível projetarmos com segurança a geração de lucros tributáveis futuros que sustentassem o reconhecimento de 100% do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, optou-se por não reconhecer ativos fiscais diferidos decorrente de diferenças temporárias e reconheceu apenas parte dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais. A Companhia revisará essa estimativa tão logo tenha uma avaliação segura de que será provável a geração de lucros tributários futuros para que possa reconhecer os tributos diferidos ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo somado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados mantido pela Companhia é de R\$ 49.295 e R\$ 15.002, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2020, não reconhecidos pela Empresa é de R\$ 125.869 (R\$ 124.113 sobre diferenças temporárias e 1.756 sobre prejuízo fiscal e base negativa).

## 18 Transações com partes relacionadas

As controladoras diretas da Companhia são a Duratex S.A e a Lenzing Aktiengesellschaft.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de operações de empréstimos da Companhia, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, encargos, benefícios e remuneração variável. O total de despesas com salários e comissões pagos à Diretoria durante o exercício de 2020 totalizaram um montante de R\$ 3.397 (R\$ 1.751 em 2019).

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

		2020 (Não auditado)	2019
<b>Ativo circulante</b>			
Contas a receber LD Florestal S.A		2.994	-
		<u>2.994</u>	<u>-</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar – Lenzing	(Nota explicativa nº 15)	22.380	-
Passivo de arrendamento (usufruto de terras) -LD Florestal S.A	(Nota explicativa nº 12)	6.898	-
<b>Passivo não circulante</b>			
Passivo de arrendamento (usufruto de terras) LD Florestal S.A	(Nota explicativa nº 12)	216.042	-
Mútuo LD Florestal S.A	(Nota explicativa nº 16)	136.055	113.839
<b>Resultado</b>			
Venda de serviços – LD Florestal (i)		6.387	-
Venda de serviços – Duratex Florestal (i)		760	-
Venda de reservas florestais - Duratex Florestal	(Nota explicativa nº 20)	31.331	-
		<u>38.478</u>	<u>-</u>

- (i) Referem-se a prestação de serviços florestais, tais como: adubação, plantio, combate a formigas, irrigação etc., realizados pela LD Celulose nas florestas de propriedade da LD Florestal e Duratex FlorestalH

## Partes relacionadas indiretas

	2020	2019
<b>Ativo circulante</b>		
Banco Itaú S.A (i)	190.323	-
NDF (Banco Itaú S.A)	61	-
	<b>190.384</b>	<b>-</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Passivo circulante</b>		
NDF (Banco Itaú S.A)	103.865	-
	<b>103.865</b>	<b>-</b>

- (i) Refere-se ao saldo de caixa e equivalentes de caixa junto ao Banco Itaú, pertencente ao mesmo grupo econômico da coligada Duratex S.A.

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social integralizado era de R\$ 2.077.920 (R\$ 6.762 em 31 de dezembro 2019) o qual está representado por 2.077.920 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

		%
Lenzing Aktiengesellschaft	1.059.739	51%
Duratex S.A	1.018.181	49%
	<b>2.077.920</b>	<b>100%</b>

Em 2020 a Duratex S.A realizou aporte de capital no valor de R\$ 1.018.181, sendo R\$ 521.656 em dinheiro e R\$ 496.525 em ativos e a Lenzing AG aportou o monte de R\$ 1.052.997 em dinheiro.

### b. Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações em moeda estrangeira.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em fluxo de caixa na pendência do reconhecimento posterior.

## 20 Receita operacional líquida

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
<b>Receita bruta</b>			
Vendas de serviços - mercado interno	18	7.147	-
Venda de reservas florestais	18	<u>31.331</u>	<u>-</u>
		<b>38.478</b>	<b>-</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>			
Imposto sobre vendas		<u>(993)</u>	<u>-</u>
		<b>(993)</b>	<b>-</b>
<b>Total receita operacional líquida</b>		<b><u>37.485</u></b>	<b><u>-</u></b>

## 21 Despesas por natureza

	2020	2019 (Não auditado)
Salários, encargos e benefícios	(22.046)	(5.705)
Venda de ativos biológicos	(41.513)	-
Serviços de consultoria e auditoria	(7.489)	-
Depreciação	(3.772)	(360)
Serviços de TI	(2.882)	-
Aluguéis	(1.786)	(1.192)
Serviços de terceiros	(719)	(6.898)
Combustíveis	(1.579)	-
Impostos e taxas	(2.610)	-
Viagens	(988)	(817)
Cursos e treinamentos	(1.517)	-
Matéria prima	(3.573)	-
Manutenção e conservação	(1.929)	-
Materiais diversos	(1.254)	-
EPIs	(854)	-
Despesas bancárias	(926)	-
Seguros	(998)	-
Doações	(795)	-
Refeições	(999)	-
Arrendamentos	(558)	-
Outros	<u>(1.897)</u>	<u>(2.098)</u>
	<b>(100.684)</b>	<b>(17.070)</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<b>(50.236)</b>	-
Despesas administrativas e gerais	<b>(50.448)</b>	<b>(17.070)</b>

## 22 Outras receitas (despesas) operacionais

	2020	2019 (Não auditado)
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Indenização seguro florestal	4.971	-
Ajuste do valor justo de ativos biológicos	21.873	-
Outras	<u>83</u>	<u>-</u>
	<b><u>26.927</u></b>	<b><u>-</u></b>

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Venda de ativos	(32)	-
Outras	(178)	(4)
	<b>(210)</b>	<b>(4)</b>
	<b>26.717</b>	<b>(4)</b>

## 23 Receitas e despesas financeiras

	<b>2020</b>	<b>2019</b> (Não auditado)
<b>Receitas financeiras</b>		
Varição cambial realizada	43.723	-
Aplicações financeiras	4.235	11
Varição Cambial não realizada	29.759	-
Outras receitas financeiras	7	56
	<b>77.724</b>	<b>67</b>
	<b>77.724</b>	<b>67</b>

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Varição cambial realizada		(21.383)	-
Varição cambial não realizada		(112.877)	-
Juros sobre empréstimos e mútuos		(46)	(303)
Outras		-	(278)
		<b>(134.306)</b>	<b>(581)</b>
		<b>(56.582)</b>	<b>(514)</b>

## 24 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do segmento de atuação) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas através de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui instrumentos financeiros para proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira e taxas de juros.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco operacional;
- Risco de crédito;

- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de câmbio e juros; e
- Risco de preço de ativos biológicos.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**a. Risco operacional**

As operações da Companhia consistem na produção e venda de celulose, sendo tais operações concentradas em partes relacionadas. Desta forma, a Administração avalia o risco de mercado operacional como sendo baixo.

**b. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
	<b>Valor Justo</b>	<b>Valor Justo (Não auditado)</b>
<b>Ativo</b>		
NDF – Goldman Sachs	7.660	-
NDF - BNP Paribas	56	-
NDF – Banco Itaú	61	-
	<b>7.777</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
NDF – Banco Santander	70.733	-
NDF – BNP Paribas	58.274	-
NDF – HSBC	28.439	-
NDF – Banco Itaú	103.865	-
NDF – Goldman Sachs	35.183	-
	<b>296.494</b>	<b>-</b>

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e foram classificadas conforme quadros a seguir:

<b>2020</b>					
	<b>Nível</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Ativos pelo custo amortizado</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa (NE 8)		-	3.001	-	3.001
Aplicações Financeiras (NE 8)	2	688.239	-	-	688.239
Instrumentos Financeiros Derivativos (NE 24)	2	7.777	-	-	7.777
Contas a Receber de Clientes		-	2.994	-	2.994
Outros Créditos (NE 9)		-	25.772	-	25.772
		<b>696.016</b>	<b>31.767</b>	<b>-</b>	<b>727.783</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (NE 14)		-	-	95.454	95.454
Financiamentos e empréstimos (NE 16)	2	-	-	1.651.823	1.651.823
Outras contas a pagar (NE 15)		-	-	24.395	24.395
Arrendamentos (usufruto de terras) (NE 12)		-	-	223.720	223.720
Instrumentos financeiros derivativos (NE 24.b)	2	296.495	-	-	296.495
		296.495	-	<b>1.995.392</b>	<b>2.291.887</b>

2019					
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2019 (Não aditado)
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa (NE 8)		-	240	-	240
Aplicações Financeiras (NE 8)	2	2.833	-	-	2.833
Outros Créditos (NE 9)		-	2.506	-	2.506
		<b>2.833</b>	<b>2.746</b>	<b>-</b>	<b>5.579</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (NE 14)		-	-	3.967	3.967
Financiamentos e empréstimos (NE 16)		-	-	113.839	113.839
Outras contas a pagar (NE 15)		-	-	3.207	3.207
Arrendamentos (usufruto de terras) (NE 12)		-	-	745	745
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>121.758</b>	<b>121.758</b>

**c. Riscos de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os instrumentos financeiros que submetem a Companhia a riscos de crédito da contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de proteção e contas a receber de terceiros e partes relacionadas.

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Companhia executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa, equivalentes de caixa e seus instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

Os riscos de créditos de clientes são administrados através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. As contas a receber de clientes concentram-se substancialmente com partes relacionadas.

A administração, estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condução financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente.

Os volumes de valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi de:

	<b>2020</b>	<b>2019</b> <b>(Não auditado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.001	240
Aplicações Financeiras	688.238	2.593
Instrumentos financeiros derivativos	7.777	-
Contas a receber de clientes	2.994	-
Outros créditos	<u>25.772</u>	<u>2.506</u>
	<b><u>727.782</u></b>	<b><u>5.339</u></b>

A Companhia opera com bancos com rating de credito elevado, tanto para as operações normais, bancos e aplicações como para as operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os riscos de crédito estão relacionados com a classificação de risco realizada pelo Grupo Lenzing. A tesouraria da Companhia avalia as avaliações de crédito das contrapartes, principalmente no que diz respeito a mudanças negativas, para as operações de derivativo em especial e até a data de vencimento das operações, o risco é classificado como mínimo e não traz mudança significativa de valor . Adicionalmente, a Companhia reavalia as condições sempre que ocorrem ajustes significativos nas condições contratuais. Todas as contrapartes são avaliadas de acordo com a classe de investimento determinada pela agência de risco.

**d. Riscos de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não poder cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Adicionalmente a Companhia possui suporte financeiro de suas sócias, a Lenzing AG e Duratex S.A, o que mitiga seu risco de liquidez.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do fluxo de caixa gerado pelo aumento de capital de seus acionistas, financiamentos e empréstimos com partes relacionadas. A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia:

<b>2020</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>Até 1 Ano</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>2-5 anos</b>	<b>Superior a 5 anos</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	93.818	93.818	93.818	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.517.784	2.044.593	2.015	232.760	704.325	1.105.493
Mútuos com partes relacionadas	136.055	145.488	-	-	145.488	-
Instrumentos financeiros derivativos	296.494	296.494	258.587	37.907	-	-
Outras contas a pagar	24.016	24.016	24.016	-	-	-
Arrendamento mercantil	223.720	873.564	30.037	30.037	90.109	723.381
<b>Total</b>	<b>2.291.887</b>	<b>3.477.973</b>	<b>404.443</b>	<b>300.704</b>	<b>939.922</b>	<b>1.828.874</b>
<b>2019 (Não auditado)</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>Até 1 Ano</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>2-5 anos</b>	<b>Superior a 54 anos</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	3.967	3.967	3.967	-	-	-
Empréstimos e mútuos	113.839	113.839	113.839	-	-	-
Instrumentos financeiros	3.207	3.207	3.207	-	-	-
Outras contas a pagar	745	745	745	-	-	-
<b>Total</b>	<b>121.758</b>	<b>121.758</b>	<b>121.758</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**e. Risco de taxa de câmbio e juros**

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia está avaliando a possibilidade de contratar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações, o risco identificado em 31 de dezembro de 2020 é relativamente baixo.

**e.1 Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais suas aplicações financeiras, compras, vendas, empréstimos com partes relacionadas e arrendamentos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da entidade. A moeda funcional da Companhia é o Dólar (US\$) e a moeda na qual essas transações são primariamente denominadas é o Real (R\$).

Está demonstrada a seguir, exposição líquida em moeda estrangeira, pelos montantes de principal (nocional em R\$) em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2020</u>
	<b>R\$</b>
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	691.239
Contas a receber	2.994
Fornecedores	(93.818)
Mútuos	(136.055)
Sálarios, férias e encargos sociais	(6.741)
Passivo de arrendamento (usufruto de terras)	<u>(223.721)</u>
<b>Exposição Líquida</b>	<u><u>233.898</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía exposição líquida relevante que gerasse impacto cambial

**Análise de sensibilidade - Cambial**

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

		<b>2020 - Cenários</b>				
<b>Exposição Patrimonial</b>	<b>Risco</b>	<b>I Provável</b>	<b>II 25%</b>	<b>III 50%</b>	<b>IV -25%</b>	<b>V -50%</b>
1- Ativo em Reais	Desvalorização Real	694.233	173.558	347.117	(173.558)	(347.117)
2-Passivo em Reais	Valorização Real	(460.335)	(115.084)	(230.167)	115.084	230.167
<b>1+2</b>	<b>Efeito Líquido</b>	<b><u>233.898</u></b>	<b><u>58.474</u></b>	<b><u>116.950</u></b>	<b><u>(58.474)</u></b>	<b><u>(116.950)</u></b>

As cotações e atualizações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas juntos as fontes externas de mercado, como BACEN.

**e.2 Risco de taxa de juros**

Os principais montantes atrelados a taxas de juros, que são as operações de financiamentos, são preponderantemente obtidos junto aos bancos internacionais e ao mútuo celebrado com parte relacionada LD Florestal. Substancialmente a exposição da Companhia é com base em taxas de juros pré-fixadas. Assim, a administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a ser apresentado ou estressado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era de:

<b>Instrumentos de taxa variável</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>(Não auditado)</b>
Aplicações Financeiras	688.239	2.833
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e mútuos	(1.653.839)	(113.839)
	<b><u>(965.600)</u></b>	<b><u>111.006</u></b>

**f. Análise de sensibilidade - Taxas de juros**

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de Juros efetiva em 31/12/2020	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V - 50%
<b>1 - Ativos financeiros</b>	688.239	Variação CDI	1,90%					
Aplicações financeiras				13.077	16.346	19.615	9.807	6.538
<b>2 - Passivos financeiros</b>								
Empréstimo - terceiros	(1.517.784)	Variação Libor	0,342%	(5.191)	(6.489)	(7.786)	(3.893)	(2.595)
<b>1 + 2</b>				<b>7.886</b>	<b>9.857</b>	<b>11.829</b>	<b>5.914</b>	<b>3.943</b>

Uma reforma fundamental dos principais índices de referência da taxa de juros está sendo realizada globalmente, incluindo a substituição de algumas taxas interbancárias oferecidas (IBORs) por taxas alternativas quase sem risco (referidas como ‘reforma do IBOR’). A Companhia exposições aos IBORs em seus instrumentos financeiros que serão substituídos ou reformados como parte dessas iniciativas de mercado. Há incerteza quanto ao momento e aos métodos de transição em algumas jurisdições onde a Companhia opera. A Companhia antecipa que a reforma do IBOR terá impacto na sua gestão de risco e contabilidade de hedge.

A Companhia monitora e gerencia a transição para taxas alternativas. A Companhia avalia até que ponto os contratos fazem referência aos fluxos de caixa do IBOR, se tais contratos precisarão ser alterados como resultado da reforma do IBOR e como gerenciar a comunicação sobre a reforma do IBOR com as contrapartes. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem R\$ 1.517.784 mil em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do IBOR. A Companhia espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

**g. Risco de preço de ativos biológicos**

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 R\$ 537.714 em ativos biológicos, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras.

***Análise de sensibilidade – Ativos Biológicos***

O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados.

Para o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, para os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado apurados após a substituição das taxas de mercado utilizadas para apuração do valor justo registrado contabilmente por taxas estressadas de acordo com os cenários apresentados.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 48,96 /m<sup>3</sup>. Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 25.362.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 6,93% a.a. em 31 de dezembro de 2020. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 1.642.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

		<b>2020</b>				
		<b>Cenários – Preço de mercado</b>				
		<b>I Provável</b>	<b>II 1%</b>	<b>III 5%</b>	<b>IV (1%)</b>	<b>V (5%)</b>
Ativos biológicos		537.714	5.073	25.363	(5.073)	(25.363)
		537.714	5.073	25.363	(5.073)	(25.363)
		<b>2020</b>				
		<b>Cenários – taxa de desconto</b>				
		<b>I Provável</b>	<b>II 1%</b>	<b>III 5%</b>	<b>IV (1%)</b>	<b>V (5%)</b>
Ativos biológicos		537.714	(331)	(1.642)	332	1.673
		537.714	(331)	(1.642)	332	1.673

## **h. Valor justo**

### ***h.1 Valor justo versus valor contábil***

Para todas as operações, exceto financiamentos e empréstimos, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Em relação as operações de empréstimos e financiamentos que a Companhia possui com partes relacionadas (mútuos) e IFC e IDB, pode-se observar que a média das taxas, cujas respectivas operações estão indexadas, são substancialmente inferiores as taxas de mercado. Sendo assim, caso fosse aplicado algum critério de mensuração de valor justo, como por exemplo fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, por uma taxa livre de risco, a Administração entende que esse valor não refletiria uma melhor estimativa de pagamento ou que a diferença é irrelevante, de forma que, o saldo contábil já reflète a melhor estimativa. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

O valor justo, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os empréstimos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa “Cupom livre“, pois são operações em Dólar.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos é demonstrado abaixo:

	<b>2020</b>	
	<b>Valor Justo</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.001	3.001
Aplicações financeiras	688.238	688.238
Instrumentos financeiros derivativos	7.777	7.777
Contas a receber de clientes	2.994	2.994
Outros créditos	25.772	25.772
	<b>727.782</b>	<b>727.782</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	93.818	93.818
Empréstimos	2.044.593	1.515.784
Mútuos	145.488	136.055
Instrumentos Financeiros derivativos	296.494	296.494
Arrendamento Mercantil	873.564	223.720
Outras contas a pagar	24.016	24.016
	<b>3.477.973</b>	<b>2.289.887</b>

	<b>2019 (Não auditado)</b>	
	<b>Valor Justo</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	240	240
Aplicações Financeiras	2.593	2.593
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
Outros créditos	2.506	2.506
	<b>5.339</b>	<b>5.339</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	3.967	3.967
Mútuos	113.839	113.839
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Arrendamento Mercantil	745	745
Outras contas a pagar	3.207	3.207
	<b>121.758</b>	<b>121.758</b>

**i. Hierarquia de valor justo**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **(Nível 1)** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **(Nível 2)** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **(Nível 3)** - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**j. Resultado referente aos instrumentos financeiros**

Os valores dos ganhos (perdas) referente as operações de instrumentos financeiros derivativos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 que afetaram a demonstração de resultado abrangentes da Companhia estão demonstrados conforme quadro a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019</b> <b>(Não auditado)</b>
Perda	(296.494)	-
Ganho	7.777	-
	<b>(288.717)</b>	<b>-</b>

**k. Contabilidade de hedge**

A operação com instrumentos derivativos da Companhia tem como objetivo proteger seu Balanço Patrimonial da volatilidade cambial e não tem finalidade especulativa. Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia estão de acordo com as condições solicitadas para qualificar-se como “Contabilidade de hedge”, descrita no CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem registrado no patrimônio líquido resultados decorrente de operações de derivativos como hedge fluxo de caixa. Esta relação de hedge objetiva mitigar o custo fixo do período de janeiro à dezembro de 2020, o instrumento de hedge foi contratado pelas tesourarias dos sócios acionista, conforme a política de hedge, sendo que as contra-partes nestas operações não configuram o quadro de partes relacionadas.

O resultado reconhecido no patrimônio líquido referente *hedge Accounting* foi de R\$ 365.039, sendo R\$ 288.717 provenientes de NDFs e 76.322 provenientes de Caixa e Equivalentes de Caixa.

### ***Estratégias de hedge***

Para a proteção de sua operação a Companhia utiliza a estratégia de hedge de fluxo de caixa, uma vez que a Companhia tem como objetivo a proteção dos custos operacionais incorridos na construção da fábrica de celulose no Brasil (CAPEX). Como a Companhia possui moeda funcional Dólar, identifica-se um risco devido as compras realizadas em moeda estrangeiras, das quais predomina-se o Real. A Companhia está exposta ao risco cambial nessas operações e a estratégia de *hedge* tem como principal objetivo reduzir esse risco de exposição.

Toda a estratégia de hedge é determinada pelo Grupo Lenzing para a cobertura dos riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (NDF) e também mantém em caixa valores em reais para compra de materiais.

A Companhia designa a relações de hedge na qual o objeto de hedge são os pagamentos e/ou recebíveis em moeda estrangeira (Real) dos contratos de compra e venda e como instrumentos de hedge os instrumentos financeiros derivativos (NDF) e a manutenção de caixa em moeda estrangeira (Real).

Os objetos de hedge estão atrelados aos seus instrumentos, desde a data de início até a data de fechamento de cada instrumento financeiro derivativo NDF, para os casos em que existe um descasamento entre a data dos desembolsos e/ou recebimentos é possível que haja prolongamentos posteriores dos instrumentos de *hedge* (NDF), que também são alocados para a estratégia de hedge.

Instrumentos financeiros designados como instrumentos de hedge e seus valores justos na data das demonstrações contábeis:

<b>Derivativos</b>		<b>Contra-parte</b>	<b>2020</b>
NDFs (Hedge Accounting)	Ganho	Goldman	7.660
		Itaú	62
		BNP Paribas	55
NDFs (Hedge Accounting)	Perda	Goldman	(35.182)
		BNP Paribas	(58.271)
		Itaú	(103.820)
		HSBC	(28.436)
		Santander	(70.785)

**Períodos em que se espera que o fluxo de caixa irá ocorrer e quando espera-se que eles sejam capitalizados no ativo**

Todos os itens do balanço patrimonial sujeitos a variação das taxas de câmbio e/ou taxas de juros representam exposições de valor justo. Todos os ganhos e perdas de exposições de valor justo são imediatamente reconhecidos no resultado da Empresa.

Todos os fluxos de caixa (*hedge accounting*) projetados não são reconhecidos no resultado da Companhia, eles são reconhecidos no patrimônio líquido até o momento de sua liquidação, e quando liquidados serão capitalizados no custo operacional, decorrente da construção da fábrica de celulose. Portanto os instrumentos de *hedge* correspondentes não deverão ser reconhecidos no resultado e não deverão ser capitalizados antes da liquidação do item *hedgeado* e por consequência da relação de *hedge* correspondente.

Veja abaixo a projeção de fluxo de caixa futuro e cronograma de vencimento das NDFs em aberto em 31 de dezembro de 2020:

Período	Objeto de <i>hedge</i>			Budget hedge US\$	Instrumento de <i>hedge</i>		
	Budget - BRL	Budget-US\$	%Hedge		Início	Vencimento	Instrumento – NDF
1º Trim/2021	565.079	108.738	68%	28.473	jan-20	jan-21	28.473
				45.155	jan-20	abr-21	45.155
2º Trim/2021	702.240	135.132	75%	56.504	jan-20	abr-21	56.504
				27.713	jan-20	jul-21	27.713
3º Trim/2021	606.173	116.646	76%	63.276	jan-20	jul-21	63.276
				34.678	jan-20	out-21	34.678
4º Trim/2021	453.822	87.329	61%	18.605	jan-20	out-21	18.605
1º Trim/2022	297.880	57.321	64%	36.651	jan-20	jan-22	36.651
				2.949	jan-20	abr-22	2.949
2º Trim/2022	234.441	45.113	11%	1.797	jan-20	jun-22	1.797
<b>Total</b>	<b>2.859.635</b>	<b>550.279</b>	<b>57,03%</b>	<b>313.801</b>			<b>313.801</b>

Período	Objeto de <i>hedge</i>			Budget hedge EUR	Instrumento de <i>hedge</i>		
	Budget - BRL	Budget-EUR	%Hedge		Início	Vencimento	Instrumento – NDF
1º Trim/2021	174.117	27.300	73%	7.500	Nov-20	Fev-21	7.500
				12.500	Nov-20	Mar-21	12.500
2º Trim/2021	138.400	21.700	51%	11.000	Jan-20	Abr-21	11.000
1º Trim/2022	53.574	8.400	95%	8.000	Jan-20	Abr-22	8.000
<b>Total</b>	<b>366.091</b>	<b>57.400</b>		<b>39.000</b>			<b>39.000</b>

## 25 Eventos subsequentes

Em 17 março de 2021, a Companhia recebeu mais um desembolso referente aos contratos de financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 813.872 (US\$ 144.797), sendo R\$ 337.650 (US\$ 60.000) com o Inter-American Investment Corporation (IDB), R\$337.650 (US\$ 60.000) com o International Finance Corporation (IFC) e R\$138.572 (US\$24.797) com o Finnvera. As condições, taxas e prazos são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 16.